

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

256 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 17 a 21 de novembro de 2025

1. FÓRUM PARA A DEMOCRACIA PARLAMENTAR - PARTICIPAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	1
2. COMISSÃO EUROPEIA - SCHENGEN NA ÁREA DA DEFESA	4
3. COMISSÃO EUROPEIA - PREVISÕES ECONÓMICAS	4
4. CONFERÊNCIA DE ALTO NÍVEL SOBRE AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS (RUP)	5
5. COMISSÃO EUROPEIA - REFORÇO DAS PENSÕES COMPLEMENTARES	7
6. ALARGAMENTO	7
7. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - EUROJUST	8
8. REUNIÕES DO CONSELHO	8
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Conselho Europeu	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da UE	8

1. FÓRUM PARA A DEMOCRACIA PARLAMENTAR - PARTICIPAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O primeiro [Fórum para a Democracia Parlamentar da União Europeia](#) teve lugar no hemiciclo do Parlamento Europeu, em Bruxelas, no dia 19 de novembro de 2025, reunindo cerca de 600 participantes provenientes de 22 países, entre os quais Deputados nacionais e europeus, representantes de instituições da UE, sociedade civil, peritos e jovens. A iniciativa, organizada sob a liderança da [Presidente do Parlamento Europeu \(PE\), Roberta Metsola](#), contou com o apoio dos Vice-Presidentes Esteban González Pons e Katarina Barley, responsáveis pelas relações com os Parlamentos nacionais. O objetivo central foi refletir sobre os desafios que afetam as democracias europeias — polarização, interferência externa, ameaças híbridas, desinformação e diminuição do envolvimento cívico — e identificar respostas comuns através do diálogo e da cooperação interparlamentar.

Portugal esteve representado ao mais alto nível, com a **participação de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco**, que interveio na Sessão I, dedicada ao reforço da democracia parlamentar mediante a participação dos cidadãos.

O Senhor Presidente foi acompanhado pela Deputada Edite Estrela (PS), Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, e pelos Deputados Ricardo Carvalho (PSD) e José Dias Fernandes (CH), Vice-Presidentes daquela Comissão.

1. Intervenção do Presidente da Assembleia da República no Fórum

Na sua intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia da República José Pedro Aguiar-Branco começou por assinalar que *“a democracia deixou de ser um dado adquirido”*, alertando para a erosão da confiança pública, a polarização e a disseminação de desinformação, fatores que fragilizam o vínculo entre cidadãos e instituições. O Presidente recordou que *“o Parlamento é o coração da democracia — mas também o seu barómetro”*, defendendo que a legitimidade democrática se enfraquece quando as instituições perdem o contacto com a sociedade.

Sublinhando que a política não pode ser vista como *“algo apenas para alguns”*, o Presidente afirmou que a democracia *“dá muito trabalho”*, exigindo presença no terreno, escuta ativa e abertura institucional. Os Parlamentos, enquanto espaços de pluralismo institucionalizado, são, afirmou, *“o antídoto natural contra a polarização”*, pois transformam o conflito em deliberação e a divergência em decisão. Reforçou ainda a ideia de que a democracia europeia se constrói diariamente, tal como o próprio projeto europeu.



No final da intervenção, o Presidente apresentou três propostas concretas para reforçar a confiança dos cidadãos e a vitalidade democrática:

1) Apostar nos jovens e criar um Parlamento Jovem Europeu

Inspirado no modelo português, defendeu a criação de um espaço europeu de participação juvenil, permitindo que jovens “*não apenas aprendam democracia, mas a pratiquem*”, com simulações parlamentares coordenadas entre Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu.

2) Criar espaços de debate presencial com os cidadãos

Sugeriu que os Parlamentos abram as portas aos cidadãos, nomeadamente no Dia Internacional do Parlamentarismo (30 de junho), promovendo debates sobre temas europeus e incentivando a participação pública presencial, complementando a intervenção digital.

3) Reforçar a cooperação interparlamentar

Sublinhou que nenhum Parlamento enfrenta sozinho a desinformação ou a erosão democrática, defendendo uma rede mais robusta entre Parlamentos nacionais e instituições europeias, ampliando programas de literacia mediática e digital no quadro do Escudo Europeu da Democracia.

2. Intervenção da Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola

Na sessão de abertura, a Presidente do PE, Roberta Metsola, saudou os participantes e recordou a urgência de reforçar as democracias europeias num contexto marcado pela guerra no continente, pela crescente pressão geopolítica e pela erosão da confiança pública. Sublinhou que muitas pessoas “*questionam hoje se a democracia ainda funciona*”, insistindo que a resposta deve ser “*um ‘sim’ forte e inequívoco*”. Reforçou a importância de mostrar que as instituições europeias conseguem entregar resultados, sublinhando a agenda de simplificação legislativa e a necessidade de fortalecer a integridade dos processos democráticos.

A Presidente Metsola destacou a importância de intensificar as ligações formais e informais entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais, em particular no apoio comum à Ucrânia, e referiu expressamente o contributo português: partilhou que havia discutido estas matérias com o Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, citando a sua afirmação de que “*os Parlamentos não são a causa, são a consequência*”. A Presidente enquadrou esta reflexão na necessidade de combater a polarização, o populismo e as narrativas que procuram minar as instituições democráticas. Concluiu apelando a “*mais ligação, mais ação e mais ambição*” para reconstruir a confiança dos cidadãos e consolidar um futuro europeu mais forte, seguro e resiliente.

3. Programa da deslocação oficial do PAR a Bruxelas

O Senhor Presidente integrou ainda diversos encontros bilaterais à margem do Fórum, com representantes das instituições europeias e de Parlamentos nacionais.

No dia 18, ao início da tarde, realizou um encontro bilateral com a Presidente do PE, Roberta Metsola, para troca de impressões sobre a cooperação interparlamentar, sobre o Fórum Parlamentar sobre a Democracia e sobre o papel dos Parlamentos nacionais, e seus Presidentes, no contexto dos atuais desafios que a UE enfrenta.

Roberta Metsola repostou
Roberta Metsola @EP_President · 18 de nov
Ahead of tomorrow's EU Parliamentary Democracy Forum, today I met the President of the @AssembleiaRepub of Portugal José Pedro Aguiar-Branco.

We will continue working closely with national parliaments to strengthen democracy and deliver solutions that improve people's lives 🇪🇺 🇵🇹



No dia 18 de novembro, o Presidente reuniu-se com o Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Esteban González Pons (PPE), responsável pelas relações com os Parlamentos nacionais e que chefia a delegação do PE à COSAC (Conferência das Comissões Parlamentares de Assuntos Europeus).

Em seguida, participou num almoço de trabalho na Representação Permanente de Portugal junto da UE, dedicado aos temas mais salientes da atualidade da política europeia.



No final do dia, reuniu-se com os **Deputados portugueses ao PE provenientes das diversas forças políticas**, num encontro que pretendeu dar continuidade à [reunião realizada em 11 de julho de 2024](#), em Lisboa, e visou reforçar o diálogo e a cooperação entre a Assembleia da República e os Deputados portugueses ao Parlamento Europeu no quadro da Legislatura 2024-2029.



No dia 19 de novembro, após a sessão de abertura do Fórum no hemiciclo, o Presidente participou na Sessão I como orador convidado, seguindo-se encontros bilaterais com o Presidente do Parlamento da Dinamarca, Søren Gade, com a Vice-Presidente do PE Katarina Barley (S&D) e com a Presidente do Parlamento da Letónia, Daiga Mieriņa.

Nessa tarde, a deslocação incluiu ainda uma reunião com a **Vice-Presidente Executiva da Comissão Europeia, Henna Virkkunen**, responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, para troca de impressões sobre temas como o recém apresentado Escudo Europeu da Democracia e o papel dos Parlamentos nacionais.



2. COMISSÃO EUROPEIA - SCHENGEN NA ÁREA DA DEFESA

A Comissão Europeia apresentou um **pacote de mobilidade militar**, composto por uma Comunicação e uma proposta de regulamento, com o objetivo de criar até 2027 um “**Schengen militar**” que permita a deslocação rápida, segura e coordenada de tropas e equipamento militar em toda a União (detalhe [aqui](#)). Tal pretende garantir que infraestruturas de transporte, regras e capacidades logísticas possibilitem movimentos militares transfronteiriços em menos de 3 dias, reduzindo drasticamente os atuais prazos, que podem atingir 45 dias.

O pacote assenta em cinco pilares: *eliminação de obstáculos regulamentares*, através de procedimentos harmonizados e simplificados; *criação do Sistema Europeu de Resposta Reforçada para a Mobilidade Militar (EMERS)*, ativável pelo Conselho, para acelerar formalidades e garantir prioridade de acesso a infraestruturas; *modernização dos principais corredores da Rede Transeuropeia de Transportes* com normas de dupla utilização; *partilha e agrupamento de capacidades entre Estados-Membros*, mediante uma reserva de solidariedade e um futuro Sistema Digital de Informação para a Mobilidade Militar; e *reforço da governação*, com um novo Grupo de Mobilidade Militar e um comité RTE-T reforçado para acompanhar a execução.

O Comissário Apostolos Tzitzikostas sublinhou a dimensão infraestrutural do pacote, destacando a proposta de 17,65 mil milhões de euros para o período 2028-2034 através do Mecanismo Interligar a Europa, destinados a modernizar aproximadamente 500 projetos prioritários. Explicou que esta atualização incluirá o reforço de pontes, alargamento de túneis, consolidação de vias ferroviárias e o aumento da capacidade de portos e aeroportos, defendendo que *“cada euro investido em infraestruturas de dupla utilização é um investimento simultâneo na segurança, na economia e na sociedade da Europa”*.

Em paralelo, a Comissão e o Alto Representante apresentaram o Roteiro para a Transformação da Indústria Europeia de Defesa, que visa acelerar a modernização do ecossistema industrial, apoiar a inovação disruptiva e reforçar a capacidade de produção europeia. O documento pretende aproximar as comunidades de tecnologia de ponta e de defesa, acelerar o desenvolvimento e adoção de novas capacidades — em domínios como inteligência artificial, tecnologias quânticas, drones e sistemas espaciais — e consolidar as competências necessárias para manter a vantagem tecnológica da Europa. Segundo a Vice-Presidente Executiva Henna Virkkunen, a iniciativa permite *“manter a Europa na vanguarda do progresso tecnológico e da preparação estratégica”*.

3. COMISSÃO EUROPEIA - PREVISÕES ECONÓMICAS

A Comissão Europeia publicou as **Previsões Económicas de Outono de 2025**, que apontaram para um crescimento acima do esperado nos primeiros trimestres do ano, prevendo uma expansão moderada apesar da conjuntura externa difícil (detalhe [aqui](#)). O PIB real deverá **crescer 1,4 % na UE** em 2025 e 2026, atingindo 1,5 % em 2027, enquanto a inflação continuará a descer, aproximando-se dos 2 % ao longo do horizonte de previsão (mais informação [aqui](#)).

O crescimento será impulsionado pelo **consumo privado e pelo investimento**, apoiados pelo mercado de trabalho resiliente, melhoria do poder de compra e condições de financiamento favoráveis, com o MRR e outros fundos da UE a atenuarem os efeitos da consolidação orçamental. A taxa de desemprego deverá descer para 5,8 % em 2027. A Comissão alertou, porém, para riscos decorrentes das tensões geopolíticas, da política comercial, da volatilidade financeira e dos impactos climáticos.

No plano orçamental, o défice público deverá aumentar para 3,4 % do PIB em 2027, refletindo também a subida das despesas com defesa para 2 % do PIB. O rácio da dívida pública tenderá a subir ligeiramente, acompanhando défices primários persistentes. O Comissário Valdis Dombrovskis sublinhou que a UE deve

“tomar medidas firmes para desbloquear o crescimento interno”, acelerando a agenda da competitividade, a simplificação regulatória e a inovação.

Números-chave			
📈	€	📊	👤
PIB	Inflação	Défice	Desemprego
UE:	UE:	UE:	UE:
2025: 1.4%	2025: 2.5%	2025: -3.3%	2025: 5.9%
2026: 1.4%	2026: 2.1%	2026: -3.4%	2026: 5.9%
2027: 1.5%	2027: 2.2%	2027: -3.4%	2027: 5.8%
Área do euro:	Área do euro:	Área do euro:	Área do euro:
2025: 1.3%	2025: 2.1%	2025: -3.2%	2025: 6.3%
2026: 1.2%	2026: 1.9%	2026: -3.3%	2026: 6.2%
2027: 1.4%	2027: 2.0%	2027: -3.4%	2027: 6.1%

A previsão relativa a **Portugal** está disponível [aqui](#). O PIB deverá crescer 1,9 % em 2025, 2,2 % em 2026 e 2,1 % em 2027, enquanto a inflação, após oscilações recentes provocadas pela subida dos preços dos produtos alimentares não transformados, deverá estabilizar em 2 % em 2026 e 2027, refletindo a queda dos preços da energia e dos bens industriais e um abrandamento gradual nos serviços

Indicadores	2025	2026	2027
Crescimento do PIB (% , em yoy)	1.9	2.2	2.1
Inflação (% , yoy)	2.2	2.0	2.0
Desemprego (%)	6.3	6.2	6.1
Saldo das administrações públicas (% do PIB)	0.0	-0.3	-0.5
Dívida pública bruta (% do PIB)	91.3	89.2	88.2
Saldo da balança corrente (% do PIB)	1.1	1.0	0.6

A procura interna deverá continuar a sustentar o crescimento económico em Portugal, apoiada pelo aumento do rendimento disponível, pela recuperação do consumo privado e pelo forte dinamismo do investimento impulsionado pelos fundos do PRR. Orçamentalmente, o excedente passado deverá desaparecer, prevendo-se um saldo de 0,0 % do PIB em 2025 e défices de 0,3 % em 2026 e 0,5 % em 2027, influenciados pela atualização das remunerações públicas, pelo bónus de pensões, por medidas fiscais e pelo aumento do investimento nacional — incluindo em defesa. Ainda assim, a dívida pública deverá continuar a diminuir, passando de 91,3 % do PIB em 2025 para 88,2 % em 2027, apoiada por saldos primários positivos e por um diferencial favorável entre crescimento e taxas de juro.

4. CONFERÊNCIA DE ALTO NÍVEL SOBRE AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS (RUP)

A Comissão Europeia realizou, em Bruxelas, o **Fórum de Alto Nível sobre as Regiões Ultraperiféricas (RUP)**, presidido pelo Vice-Presidente Executivo Raffaele Fitto, no quadro da preparação da nova estratégia da União para as RUP, a apresentar no **primeiro semestre de 2026**. O objetivo do Fórum consistiu em recolher contributos políticos e técnicos para atualizar a abordagem europeia a estes territórios, reforçando a sua resiliência estrutural, a sua competitividade económica e a valorização dos seus ativos próprios — desde as amplas zonas económicas exclusivas à posição geoestratégica em várias regiões do mundo.

Na abertura, o Vice-Presidente Executivo Fitto afirmou que a nova estratégia procuraria “*remodelar a nossa parceria estratégica com estes territórios*”, aproximando-a das prioridades políticas da UE e dos desafios que

resultam do atual contexto geopolítico. Sublinhou que as RUP desempenham um papel relevante para a projeção global da União, nomeadamente pela sua localização em corredores marítimos estratégicos e pela sua função de plataforma europeia no Atlântico, Índico e Caraíbas. Fitto destacou ainda que o futuro Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034 deverá privilegiar instrumentos mais flexíveis, integrados e simplificados, sem desvirtuar os princípios fundamentais da política de coesão — gestão partilhada, governação multinível e parceria —, mas ajustando-os às características particulares de cada região.

Intervenção do Comissário Costas Kadis — Pescas

O Comissário para a Pesca e os Oceanos, Costas Kadis, apresentou um diagnóstico preciso sobre o estado das frotas de pesca nas RUP. Reconheceu que muitas embarcações se encontram envelhecidas e que algumas representam riscos para a segurança dos tripulantes, o que compromete a sustentabilidade das atividades económicas locais. Explicou que a Comissão está a rever, com o apoio do Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas (STECF), as orientações que regulam o equilíbrio das frotas. Esta revisão incorpora dados científicos atualizados e considera as características específicas das frotas das RUP, como a sua menor escala, a dispersão geográfica e a dependência de recursos marinhos distintivos, procurando garantir um quadro regulatório mais adaptado à realidade destes territórios.

Intervenção do Comissário Christophe Hansen — Agricultura e POSEI

O Comissário para a Agricultura e a Alimentação, Christophe Hansen, centrou a sua intervenção no POSEI, instrumento fundamental para as economias agrícolas das RUP. Informou que o recente acordo “*omnibus*” agrícola introduziu a possibilidade de reforçar, já em 2027, as transferências para o POSEI a partir de outras parcelas da PAC, respondendo às necessidades particulares destes territórios. Sublinhou que, no próximo QFP, a Comissão tenciona manter estes instrumentos e torná-los vinculativos através dos futuros planos de parceria nacionais e regionais, garantindo que as RUP dispõem de financiamento estável para enfrentar desafios estruturais como a segurança alimentar, a adaptação climática, a modernização agrícola, o custo da insularidade e a volatilidade dos mercados de importação.

Outras intervenções institucionais

O Fórum contou também com a participação do Comissário Apostolos Tzitzikostas (Transporte Sustentável e Turismo), de representantes dos Governos de França, Portugal e Espanha, dos presidentes das nove RUP e de membros do Parlamento Europeu e do Comité das Regiões. Os debates plenários exploraram questões transversais como mobilidade, digitalização, gestão da água, economia azul, ligações regionais e reforço das cadeias de abastecimento local (intervenções [aqui](#)).

Call for Evidence — Âmbito, Objetivos e Conteúdos

Paralelamente ao Fórum, a **Comissão lançou um apelo a contributos**, aberto de 17 de novembro a 15 de dezembro de 2025, com o propósito de recolher dados, avaliações de impacto, propostas de simplificação e experiências concretas relativas às políticas da UE aplicadas às RUP. Este processo integra a iniciativa legislativa da Comissão para a futura Comunicação sobre as RUP, inserida no programa de trabalho anual e no pacote REFIT (disponível [aqui](#)).

O apelo visa:

- *alinhar a estratégia atual com as novas prioridades políticas da UE;*
- *identificar domínios de intervenção prioritários* (energia, transportes, segurança alimentar, habitação, saúde, emprego, migrações, gestão da água e resíduos, transição ecológica e digital);
- *recolher propostas de adaptação legislativa* que removam obstáculos específicos à competitividade e ao desenvolvimento;

- *permitir que autoridades públicas, operadores económicos e sociedade civil* contribuam para a revisão estratégica.

Foi igualmente referido que alguns Estados-Membros, como a **França**, já submeteram contribuições estruturadas para aquilo que seria um **omnibus para as RUP**, incluindo:

- uma lista de 32 medidas de adaptação legislativa, abrangendo agricultura, pesca, energia, inovação, comércio e ajudas de Estado;
- a criação de um mecanismo de adaptação regulatória para facilitar a circulação de produtos alimentares e não alimentares nas RUP;
- a introdução de um “reflexo RUP” nas avaliações de impacto legislativo futuras;
- a necessidade de ter em conta as especificidades das RUP nas negociações de acordos comerciais que influenciem o seu espaço regional envolvente.

5. COMISSÃO EUROPEIA - REFORÇO DAS PENSÕES COMPLEMENTARES

A Comissão apresentou um pacote para reforçar o acesso dos cidadãos a pensões complementares, visando garantir rendimentos de reforma mais adequados num contexto de envelhecimento demográfico, mudanças no mercado de trabalho e disparidades persistentes — incluindo uma diferença de género de 24,5 % (detalhe [aqui](#)).

A Comissária Maria Luís Albuquerque destacou que as pensões públicas “*continuarão a ser o pilar central dos sistemas de reforma em todos os Estados-Membros*”, mas sublinhou que, perante o envelhecimento da população, a redução da força de trabalho e novas formas de emprego, era essencial criar condições para que os cidadãos pudessem complementar os seus rendimentos na reforma. Realçou ainda que investir para a reforma “*é, por definição, um investimento de longo prazo na economia, que não só garante segurança financeira aos indivíduos, como também apoia a inovação, o crescimento das empresas e a criação de emprego*”.

6. ALARGAMENTO

O **EU Enlargement Forum** constituiu a iniciativa de referência da Comissão Europeia para elevar o debate sobre o alargamento como projeto político, societal e geracional partilhado, no quadro da visão estratégica 2024-2029. Na sua intervenção, a **Comissária Marta Kos** salientou que a política de alargamento não foi apenas motor de transformação nos países candidatos, mas também um catalisador para a própria UE refletir sobre preocupações dos cidadãos — desde modelos socioeconómicos à migração, corrupção e criminalidade organizada. Sublinhou ainda a necessidade de quebrar perceções negativas associadas ao alargamento e de promover um debate aberto sobre o futuro da Europa.

Segundo Marta Kos (discurso [aqui](#)), os próximos anos exigiram três eixos de trabalho: (i) assegurar que ***todo o progresso com países candidatos fosse credível e sem atalhos***, dado que fragilidades democráticas e deficiências no Estado de Direito abririam espaço a influências malignas, corrupção ou crime organizado; (ii) ***preparar a própria UE para novos alargamentos***, incluindo revisões de políticas pré-alargamento e salvaguardas a integrar em futuros tratados de adesão — salvaguardas que “passariam despercebidas” quando regras fossem cumpridas, mas que “teriam de ser eficazes quando não fossem”; e (iii) ***“alargar o alargamento”***, acelerando a integração prática dos candidatos em domínios específicos, como já ocorrera com a integração da Ucrânia e da Moldávia no mercado energético até 2027 e com vias de integração em cadeias de valor europeias. No mesmo painel, o Comissário Andrius Kubilius destacou que o alargamento teve importância vital para a segurança e defesa da UE, afirmando que a integração das capacidades de defesa ucranianas seria essencial perante a ameaça de uma Rússia “*com forças armadas testadas em combate*”.

7. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - EUROJUST¹

A Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) organizou a [6.ª reunião interparlamentar dedicada à avaliação das atividades da Eurojust](#), a qual decorreu no dia 20 de novembro, em Bruxelas. O [programa](#) da reunião, que contou com a participação de membros dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, foi dividido em três painéis, e a Assembleia da República foi representada pelo *Deputado André Rijo (PS - S&D)* e pela *Deputada Eva Brás Pinho (PSD - PPE)*, membros da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, bem como pelas Deputadas *Sofia Carreira (PSD - PPE)* e *Patrícia Nascimento (Chega - PFE)*, membros da Comissão de Assuntos Europeus. Todos os representantes da AR intervieram nos momentos destinados a debate dos temas abordados nesta reunião interparlamentar.

O primeiro painel foi dedicado à **apresentação geral das atividades da Eurojust**, com base no [relatório anual](#), e incluiu um debate sobre os principais desenvolvimentos enfrentados pela Agência em 2025. Os **crimes económicos** continuam a ser um dos focos essenciais do trabalho da Agência e representam uma parcela importante dos seus casos. Além das tendências de fraude em constante evolução, em particular a fraude online, a Eurojust desempenha um papel importante na recuperação de ativos dentro da UE, apoiando as autoridades judiciais nacionais na procura, congelamento e confisco dos lucros de crimes transfronteiriços. Essas atividades foram abordadas em detalhe no segundo painel. Por fim, o terceiro painel centrou-se na **revisão em curso do regulamento da Eurojust**, com uma revisão prevista para 2026.

8. REUNIÕES DO CONSELHO

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 17 de novembro - [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#) e [Conselho dos Assuntos Gerais](#); 20 de novembro - [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#).

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à **sessão plenária do PE**, em Estrasburgo, cujos destaques podem ser consultados [aqui](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [19 de novembro](#), destacando-se: **Estratégia para a Bioeconomia e Pacote de Outono do Semestre Europeu**.

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 24 /25 de novembro: [Cimeira União Europeia-União Africana](#); 24 de novembro - [Conselho dos Negócios Estrangeiros \(Comércio\)](#); 27 de novembro - [Conselho Educação e Juventude](#).

Bruxelas | 21 de novembro de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#)

¹ Ponto elaborado por Ricardo Pita, Assessor da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.